



HISTÓRIA, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ACAMPAMENTO AMÉRICA RODRIGUES DA SILVA EM TRÊS LAGOAS – MS

*Andresa Fernanda da Silva¹
Maria Celma Borges²*

INTRODUÇÃO

A década de 1980 no Brasil correspondeu simultaneamente ao fim da Ditadura- Civil-militar, ao avanço do agronegócio e ao aprofundamento da concentração fundiária e à reorganização das lutas sociais no campo. No Mato Grosso do Sul, tais dinâmicas assumiram particular intensidade, ampliando os conflitos e as formas de violência contra os povos do campo. Ao mesmo tempo, esse processo resultou em formas diversas de resistência camponesa. As ocupações dos sem-terra do América Rodrigues da Silva (ARS), em Três Lagoas foram, juntos com outras formas de resistência do campesinato, representativas naquele período.

Este trabalho procura colocar em primeiro plano o papel da violência estrutural do capital – marcado pela aliança entre grandes proprietários, o Estado e os capitalistas – e, ao mesmo tempo, destacar a contrapartida da resistência dos trabalhadores rurais sem-terra, cuja ação coletiva e organizada no território em Três Lagoas, indicam que a luta daqueles sem-terra, ainda que episódica, corresponde a um processo mais amplo e significativo no que se refere à questão agrária no país e, particularmente, no MS.

Nesse sentido, parte-se das indicações teóricas de Paulino e Almeida (2010), Martins (1981) e Oliveira (2016). A nosso ver, estes autores ajudam a construir um panorama histórico e geográfico da questão agrária no MS. Ao mesmo tempo, as elaborações destes autores iluminam a singularidade da “aliança terra-capital” no estado e ajudam a desvendar a violência de latifundiários e capitalistas no campo, compreendendo esses processos de violência como um aspecto constitutivo da reprodução do capitalismo no campo. Ademais, estas referências ajudam, por um lado, na compreensão crítica da violência estrutural no campo, ao apontarem para as dinâmicas de expropriação e os conflitos,

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Geografia – UFMS/CPTL

² Doutora em história e sociedade pela UNESP/Assis. Professora colaboradora no Programa de Pós Graduação em Geografia – UFMS/CPTL



assim como para as possibilidades de resistências fruto das estratégias como fazem parte da recriação do campesinato.

Por fim, cabe ressaltar que a incorporação destes referenciais permite uma leitura daquele episódio como um ponto de partida para compreender as transformações decorrentes da mundialização do capital na agricultura brasileira, uma vez que, com o avançar dos anos a intensificação do processo de mundialização da agricultura capitalista, houve também um renovado processo de avanço do agronegócio sob e égide da financeirização (Oliveira, 2016). Esses novos processos, parecem ter contribuído para a reconfiguração do território no MS em favor do capital, ao passo foram intensificadas as consequências negativas para os povos do campo.

METODOLOGIA

A elaboração deste texto baseia-se em uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-interpretativo, fundamentada na análise bibliográfica e na articulação entre referências clássicas e contemporâneas sobre a questão agrária no Brasil. Foram mobilizados autores como Martins (1981;2014), Almeida e Paulino (2010), Oliveira (2015; 2016) e Farias (2006), cujas contribuições permitem compreender a formação territorial do Mato Grosso do Sul, a lógica da violência e os mecanismos de reprodução e resistência camponesa.

A Geografia Agrária crítica, subsidiada por autores como Oliveira (1999) e Almeida (2006), propõe uma abordagem que compreende o espaço agrário como produto das lutas de classes e como lugar de expressão das contradições do modo de produção capitalista. Nesse sentido, o território é visto como uma construção social em disputa, onde se materializam tanto a dominação quanto a resistência dos camponeses.

Essa perspectiva crítica da Geografia aproxima-se dos pressupostos epistemológicos da chamada “história vista de baixo” (Sharpe, 1992), vertente historiográfica que se opõe às narrativas tradicionais centradas na ação das classes dominantes, dos grandes proprietários e das instituições estatais como protagonistas exclusivos dos processos históricos. Ambas as abordagens partem da recusa de modelos explicativos que marginalizam ou invisibilizam os sujeitos, grupos ou classes subalternas e suas práticas, e buscam, ao contrário, reconstruir os processos sociais a partir da experiência vivida, das resistências e da práxis. Assim, a articulação entre essas duas tradições permite uma leitura mais rica e complexa dos conflitos no campo brasileiro, ao revelar como as formas de resistência popular — muitas vezes silenciosas ou difusas — produzem não apenas história, mas também o próprio espaço, reinventando novas formas de territorialidades e temporalidades.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Símbolo de luta e resistência dos sem-terra no MS, o acampamento ARS surgiu justamente no contexto da redemocratização, como um movimento de ocupação de luta pela terra ligados a CPT (Comissão pastoral da terra). Os sem-terra desse acampamento iniciaram sua luta em 6 de junho de 1986, quando aproximadamente duzentas famílias se instalaram às margens da rodovia MS-395, próximo à fazenda Barra da Moeda, a cerca de 30 km de Três Lagoas-MS. O objetivo central dos sem-terra ligados à organização do acampamento era o acesso à terra por meio do plano nacional de reforma agrária. As famílias buscavam, assim, a desapropriação de terras improdutivas próximas ao córrego (Farias, 2006).

Num primeiro momento, os sem-terra resistiram acampados 24 horas nas margens da rodovia, mas foram despejados por meio de um decreto elaborado pelo então governador Ramez Tebet. Após serem expulsos violentamente pela polícia, passaram a ocupar um lugar de destaque dentro do perímetro urbano da cidade de Três Lagoas, a praça da Igreja Sagrado coração de Jesus, atual Igreja da Matriz. A escolha deste ponto dentro do perímetro urbano da cidade decorreu do apoio da CPT aos sem-terra. Segundo Farias (2006, p. 147):

A catedral situava-se em um local estratégico. É uma construção imponente, com boa visibilidade em meio a uma avenida principal, onde todos passam, todos contemplam, mas não usufruem dela; caracteriza um desenvolvimento urbano excludente, levando a população mais pobre para a periferia da cidade, o que mascara a expropriação, a pobreza e os antagonismos sociais, escancarados com a ocupação empreendida pelas famílias trabalhadoras rurais.

A intenção era ocupar o espaço ao redor da Igreja como forma de tentar assegurar alguma proteção e a possibilidade de chamarem atenção do poder público para terem atendidas as suas reivindicações (Farias, 2006).

Farias (2006, p. 146) faz o uso destas indicações de Thompson (1994) ao elaborar uma analogia entre o cenário do acampamento na praça e os elementos de uma peça teatral. O espaço da igreja, segundo a autora, representaria o espaço do palco, a cena principal idealizada coloca a igreja como a que condiciona um poder político, econômico e religioso, assim como o próprio centro da cidade que preza pela circulação de “famílias respeitadas” e pelo resguardo da propriedade privada. No entanto, em determinado momento a “cena” sai fora do “*script*”! É quando “novos personagens



entram em cena”³ fazendo, numa espécie de “contra-teatro”, mostrando ao público uma “contra-cena”, que aponta para o que está “atrás da cortina”, um cenário da expropriação da terra, da violência e da exploração do trabalho alimentada pelo processo de acumulação de capital e posse da terra.

Traçando um perfil destes sem-terra, Farias (2006), mostra que eram migrantes vindos de diversos municípios do estado, como Arapuá, Inocência, Três Lagoas, Brasilândia, Aparecida do Taboado, Paranaíba, dentre outros. Estes sem-terra exerciam atividades diversas, como arrendatários, parceiros, meeiros, assalariados, etc. Vindos de cidades que compõem o Bolsão-Sul-Mato-Grossense, os acampados que viviam sob um regime de exploração dos fazendeiros viram na luta pela terra a oportunidade de trazer mudanças para a vida de suas famílias (Farias, 2006).

O nome do acampamento, por si só, carrega um forte simbolismo de resistência e memória. Trata-se de uma homenagem póstuma à trabalhadora rural sem-terra América Rodrigues da Silva, que faleceu vítima de um infarto durante a segunda violenta tentativa de despejo que aconteceu na praça da Matriz. O episódio ocorreu sob forte repressão policial, em uma operação conduzida a mando do governo estadual, evidenciando, mais uma vez, a brutalidade com que o Estado responde às lutas populares organizadas pelos movimentos sociais (Farias, 2006).

A escolha do nome, portanto, não é um simples ato de rememorar a história de vida (e morte) de um de seus membros, mas também um ato político que inscreve na luta pela terra no território sul-mato-grossense uma história de sofrimento, luta e resistência diante do latifúndio e dos latifundiários que, historicamente, controlam grande parte do território no MS. Ao nomear o acampamento com o nome de América, a CPT denuncia a violência que marca a questão agrária no Mato Grosso do Sul (sobretudo no que se refere às mulheres) e, ao mesmo tempo, reafirma a centralidade das mulheres camponesas na luta pela terra.

O fato é que a formação do acampamento está inserida no contexto mais amplo de redemocratização no Brasil, processo que no campo foi marcado pela “modernização violenta”⁴, com a manutenção do latifúndio e avanço do agronegócio. No Mato Grosso do Sul, em particular, a década de 1980 também se verificou essa modernização violenta, quando Estado, os latifundiários e o nascente complexo do agronegócio atuaram de forma convergente contra os povos do campo no MS.

³ SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁴ De acordo com Brumer e Dos Santos (2006), no Brasil, as transformações no setor das agroindústrias e o surgimento de diversas modalidades de economia contratual na agricultura, protagonizadas por múltiplos agentes sociais, sinalizam um processo de modernização do campo. Contudo, esse processo é acompanhado pelo agravamento da exclusão social, pelo aumento das migrações campo-cidade e pela pauperização dos camponeses, assim como pela difusão da violência, daí o termo modernização violenta.



O avanço sobre as terras (em geral devolutas) e os territórios tradicionalmente ocupados por posseiros e pequenos agricultores foi marcado por uma intensa expropriação violenta dos camponeses da terra, com a grilagem e a legitimação de títulos duvidosos, além da militarização do campo, onde a violência privada dos grileiros e jagunços seguiu em paralelo às ações do Estado ditatorial. A expulsão forçada de milhares de famílias camponesas base fundiária necessária para a constituição do agronegócio sul-mato-grossense e pelo aprofundamento dos conflitos e do contingente de pessoas sem-terra, forçados ao êxodo. Parte desse contingente veio a constituir o núcleo de resistências como a do Acampamento ARS em Três Lagoas (Farias, 2006, Falchi, 2005).

Como apontam relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a violência contra acampados é perene, manifestando-se por meio de despejos forçados, criminalização de lideranças e até assassinatos. Essas parecem ainda ser estratégias que visam desmobilizar a resistência e garantir a manutenção do latifúndio. Segundo dados da CPT, entre 1985 e 1989, época de surgimento do acampamento, o número de assassinatos relacionados a conflitos fundiários no Brasil triplicou em comparação ao período da ditadura militar (1964–1984), passando de uma média de 42 para 117 mortes por ano⁵. . Esse aumento reflete a intensificação das lutas pela terra e a repressão enfrentada pelos movimentos sociais no campo. O acampamento, portanto, parece ser parte de uma resposta organizada também para fazer frente a esse processo violento.

O Acampamento América Rodrigues da Silva exemplifica a capacidade de organização e resiliência dos movimentos sociais do campo mesmo diante de uma ameaça representada pelas ações de latifundiários e de capitalistas, como também do próprio Estado. A tentativa de persistência do acampamento, mesmo sob ameaças e repressão, evidencia o caráter contra hegemônico da ocupação, que desafia a ordem fundiária excludente.

Uma retomada histórica, ainda que sintética, dos episódios de violência dirigidos ao Acampamento América Rodrigues da Silva, evidencia um caminho metodológico importante para compreender, de forma concreta, as contradições que marcam a luta pela terra no estado. Essa análise permite evidenciar como o acampamento e os acampados, no seu tempo de existência⁶ inscrevem-se na história agrária sul-mato-grossense como símbolos de resistência popular diante de um modelo de

⁵Fonte disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_aa3/0/dti/dtr/0165/br_dfanbsb_aa3_0_dti_dtr_0165_d0001de0001.pdf

⁶ Os acampados resistiram 1 dia ao redor da rodovia MS-395 e mais 3 na praça. Contudo, a luta do movimento não se resume a esse, aparente, “pouco tempo” de resistência. A temporalidade aqui precisa ser lida em termos distintos, ou seja, em um sentido qualitativo e não meramente quantitativo, porque diz respeito ao conteúdo e ao sentido da luta. Ademais, é preciso atentar para a disparidade de forças entre, de um lado, o aparato policial militar e, de outro, as famílias.



desenvolvimento fundado na concentração fundiária, na expropriação de territórios camponeses, indígenas e na repressão às formas de organização coletiva.

A memória dos enfrentamentos vividos no acampamento América Rodrigues da Silva, especialmente a violenta tentativa de despejo que resultou na morte de quem lhe dá nome, não apenas denuncia a violência estrutural do campo, mas também ressalta o papel dos acampamentos enquanto formas de reterritorialização, denúncia política e reinvenção de práticas sociais ligadas à terra. Assim, estudar esse caso específico é, ao mesmo tempo, reconhecer a centralidade da terra nas disputas socioterritoriais no MS e afirmar a legitimidade das lutas protagonizadas pelos trabalhadores rurais sem-terra neste estado.

A década de 1980 marcou um período decisivo na história dos conflitos agrários no Brasil, especialmente no Mato Grosso do Sul (MS), região cuja formação territorial expressa de forma exemplar as contradições do capitalismo no campo, já que o estado, historicamente, apresenta uma alta concentração de terra em latifúndios.

No período em questão, a intensificação da pecuária extensiva e o início da implantação de cadeias agroindustriais motivadas pelas políticas e projetos governamentais, além do avanço do agronegócio e da ampliação da concentração fundiária profundamente desigual, por estar nas mãos de latifundiários e capitalistas, fez intensificar as tensões e conflitos no campo, resultando, por um lado, em múltiplas formas de violência contra os povos do campo e, ao mesmo tempo, em distintas e variadas formas estratégicas de organização, luta e resistência dos povos do campo.

Desse modo, os sem-terra do ARS se mobilizaram e se organizaram percorrendo estrategicamente o território depois de serem expulsos e visando chamar a atenção da opinião pública local, o agronegócio brasileiro passava se articular cada vez mais às dinâmicas da mundialização do capital (Oliveria, 2016), o que se intensificou em décadas posteriores, com a penetração de monopólios internacionais, a financeirização da terra e a reorganização produtiva orientada para *commodities* de exportação.

Assim, nos anos 1980, embora ainda não houvesse a potência econômica do agronegócio atual, esse movimento já estava em curso. O avanço das monoculturas (soja, capim para pecuária, e posteriormente eucalipto para celulose), a financeirização inicial da terra e os incentivos governamentais - via crédito, isenções fiscais e infraestrutura - criavam uma pressão sobre o campesinato.

O surgimento do acampamento ARS insere-se nesta conjuntura, quando, via ocupação, aqueles sem-terra buscaram recompor condições mínimas para sua recriação. Assim, a entrada em



cena destes sem-terra já aponta para um processo de violência, sobretudo no que se refere às ações de latifundiários, capitalistas e do próprio estado. Essas ações se expressam, por exemplo, nas expropriações dos camponeses, de modo que esses ato violento aponta para um controle territorial.

A consolidação de grandes fazendas pecuaristas e a entrada de grupos agroempresariais vinculados à lógica da mundialização, especialmente a partir da década de 1980, reconfiguraram profundamente a estrutura agrária de Mato Grosso do Sul. Mesmo após o fim da ditadura, esse processo não implicou redução dos conflitos no campo; ao contrário, intensificou a violência estrutural ligada à apropriação privada da terra, ao controle da renda fundiária e à expulsão de camponeses.

A expansão do agronegócio no estado ocorreu de forma articulada à continuidade de uma estrutura fundiária historicamente concentrada, marcada por latifúndios pecuários e baixa presença de políticas efetivas de democratização do território. A modernização agropecuária impulsionada por incentivos estatais - crédito subsidiado, incentivos fiscais e linhas de financiamento específicas - fortaleceu grandes propriedades orientadas à produção em larga escala, reduzindo postos de trabalho e ampliando a vulnerabilidade social de arrendatários, posseiros e trabalhadores rurais.

A incorporação de MS às cadeias globais de commodities, sobretudo por meio da pecuária, da soja e posteriormente do eucalipto, reforçou o caráter empresarial do uso da terra. Esse processo ocasionou a intensificação da concentração fundiária, uma vez que grupos empresariais - nacionais e transnacionais - passaram a atuar no território via agronegócio, a partir de ações que envolveram o controle tanto da produção quanto da circulação das cadeias de valor, integrando assim, o estado ao circuito produtivo mundial (Oliveira, 2016).

Esse processo resultou na subordinação crescente do território à lógica das commodities, diminuindo o espaço para formas tradicionais de produção camponesa e para a reprodução social de pequenos agricultores.

Com isso queremos dizer que violência no campo não é um mero resíduo de um período autoritário ditatorial, mas expressão de uma racionalidade territorial capitalista que exige a ampliação contínua para sua reprodução. A expulsão de camponeses, o encerramento de contratos de arrendamento, os despejos executados pelo Estado e a persistência de práticas de pistolagem compõem o quadro estrutural que permitiu a reprodução ampliada do agronegócio em Mato Grosso do Sul.

Ademais, a insuficiência da reforma agrária nesse período agravou ainda mais esses conflitos. Embora programas e planos federais previssem assentamentos, grande parte das famílias permanecia



excluída, e muitos assentamentos implementados careciam de infraestrutura mínima, acesso a serviços básicos e condições adequadas para a produção. Estudos sobre assentamentos e acampamentos rurais no estado indicam que promessas de políticas públicas não realizadas, lentidão nos processos de desapropriação e pressão do setor agropecuário contribuíram para a proliferação de ocupações e acampamentos a partir da década de 1980.

É nesse cenário que se insere o acampamento ARS, criado em 1986, um marco simbólico e concreto das contradições do desenvolvimento agrário em MS. Pesquisas como as de Farias (2006) mostram que o acampamento representou, para centenas de famílias, não apenas a esperança de acesso à terra, mas também a materialização do caráter contraditório da redemocratização brasileira: um contexto político formalmente democrático, mas ainda estruturado por velhas e novas formas de violência fundiária. O cotidiano do acampamento - marcado pela precariedade, pela insegurança jurídica e pela mobilidade constante - expressava as limitações da ação estatal e a força da organização coletiva como forma de resistência à expropriação.

Assim, a formação do ARS deve ser entendida como produto direto das transformações estruturais que impulsionaram o agronegócio no estado. A mundialização da agricultura, ao intensificar a competição territorial e consolidar o capital agroindustrial, acentuou a expulsão de camponeses e a repressão às suas formas de organização. A luta pela terra, longe de desaparecer com a redemocratização, assumiu novas formas e se tornou ainda mais visível.

A nosso ver, a emergência do acampamento na década de 1980 demonstra que a migração forçada, a violência e o deslocamento territorial fazem parte do desenvolvimento capitalista no campo, ou seja, são constitutivos da modernização capitalista no campo também no MS. Assim, o agronegócio, tal como se estruturou no estado, só pôde expandir-se mediante a combinação entre concentração fundiária, extração de renda da terra, integração às cadeias globais e um padrão permanente de violência, que serviu como mecanismos para a sua reprodução e a defesa dos interesses e privilégios de latifundiários e capitalistas.

Especificamente no que se refere à violência no campo e, particularmente, sobre este problema junto aos acampados do ARS, embora as ações dos acampados tenham ficado no passado, é preciso alertar que seu exemplo aponta não para algo episódico, mas sim para a regra quando procuramos entender a questão agrária no MS. Em outras palavras, trata-se de parte um processo estrutural ligado à acumulação do capitalismo no campo, agravado pelo controle da terra e do território por parte de latifundiários e capitalistas que, no Brasil, atuam em aliança, isto é, numa articulação que permite a reprodução do capital, como afirmam Paulino e Almeida (2010).



Conforme destacam Martins (2014), Paulino e Almeida (2010) e Oliveira (2015), a terra e, especificamente, a renda da terra, é elemento central no processo de acumulação e reprodução capitalista no Brasil, uma vez que, como não pode ser produzida, a terra é transformada em mercadoria. Nesse sentido, embora não seja capital, a terra passa ser comercializada como capital na medida em que há extração da renda fundiária. Essa forma de transferência de valor é base do controle territorial.

A renda da terra, ainda que aparente constituir um entrave pela imobilização de capital, adquire um novo sentido no Brasil, já que é funcional à reprodução do capital, pois possibilita que a terra concentrada sob a forma de latifúndio seja integrada à lógica de valorização capitalista. Se o capitalista paga pela terra para poder explorá-la, esse pagamento imobiliza parte do seu capital. Essa contradição, contudo, é “resolvida” na medida em que capitalistas e latifundiários se aliam. Essa aliança se expressa na defesa de interesses territoriais por parte de ambas as classes.

A aliança estabelecida entre o capital e a propriedade da terra gerou aquilo que Martins chama de um “capitalismo tributário”, que funciona de maneira distinta do capitalismo típico e contratual característico dos países desenvolvidos. Para extrair os tributos dos quais depende, esse modelo de capitalismo necessita ainda da extração de renda da terra camponesa, ou seja, o rendimento obtido pelos camponeses a partir da terra que cultivam.

Se no caso dos camponeses, a apropriação da renda aparece convertida em bem-estar, já que, nesse caso, a renda é “responsável por uma reelaboração do equilíbrio entre o esforço exigido para realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades familiares” Paulino e Almeida (2010, p. 46), o capital, por sua vez, pode se apropriar dessa renda, uma vez que o valor poder ser transferido dos camponeses ao capital. Dito de outra forma, o capital “cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe” (Martins, 1981, p. 175. *Apud* Paulino e Almeida, 2010, p. 48). “Essa sujeição da renda se oculta na circulação da mercadoria, no crédito bancário, na transferência de riqueza para as empresas urbanas através de alimentos a baixo custo” (Paulino e Almeida, 2010, p. 48).

A partir dessa dinâmica, evidencia-se que a própria reprodução social do camponês ocorre em meio a um processo estruturalmente violento imposto pelo capitalismo no campo. Embora a renda da terra camponesa contribua para assegurar o bem-estar familiar e o equilíbrio entre trabalho e necessidades, tal como indicado por Paulino e Almeida, essa renda torna-se simultaneamente alvo da apropriação capitalista, que cria mecanismos específicos para capturar o excedente produzido.



Assim, enquanto o camponês luta para garantir sua reprodução por meio do trabalho direto na terra, o capital estabelece formas ocultas e contínuas de extração - via mercado, crédito, preços agrícolas e políticas que favorecem agentes urbanos e industriais - convertendo a renda camponesa em fonte de acumulação. Desse modo, a reprodução camponesa convive com um ambiente marcado pela violência estrutural do capitalismo agrário brasileiro, que depende justamente da sujeição e da drenagem permanente dessa renda para sustentar seu modelo de desenvolvimento.

Enquanto a renda da terra representa para os camponeses a possibilidade de sua reprodução social e familiar - materializada no bem-estar e no equilíbrio entre o esforço laboral e a satisfação de suas necessidades -, para o capitalismo ela é objeto de controle e dominação. Esse é um processo profundamente violento, ainda que essa violência se expresse aqui de forma velada. A violência não se manifesta necessariamente pela força física, mas por meio de mecanismos aparentemente neutros como a circulação mercantil, o crédito bancário e a venda de alimentos a preços baixos, que atuam como dutos ocultos para a transferência de riqueza do campesinato para o capital.

Assim, pode-se dizer que a permanência e a recriação dos camponeses se referem à própria dinâmica do capitalismo no Brasil. Como escreve Martins (1981, p. 171) *apud* Paulino e Almeida (2010, p. 30):

[...] não só relações não capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da produção familiar do tipo camponesa, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo capital, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra

Nas palavras de Paulino e Almeida (2010, p. 60):

A (re)criação do campesinato como uma relação não capitalista é parte contraditória do modo de produção capitalista, situação que, por sua vez, ao permitir a acumulação do capital via monopolização do território, também contém sua negação, seja na luta contra a transferência de renda, seja na luta direta pela terra de vida e trabalho.

A (re)criação do campesinato como relação não capitalista, longe de representar um resíduo arcaico, constitui uma das próprias contradições internas do modo de produção capitalista: ao mesmo tempo em que permite a acumulação via monopolização do território e pela sujeição da renda camponesa, engendra também os fundamentos de sua negação. Essa negação se expressa nas múltiplas formas de resistência que emergem justamente das condições de violência estrutural impostas pelo capital no campo.



Nesse cenário, o campesinato se reproduz porque resiste, e resiste porque é continuamente violentado. A luta contra a transferência da renda camponesa ao capital, assim como a luta direta pela terra - terra de vida, de trabalho e de autonomia - são expressões dessa contradição dialética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomarmos as referências bibliográficas propostas e partir delas discutir o episódio envolvendo os sem-terra do acampamento ARS na década de 1980, procuramos tratar os sem-terra no contexto mais amplo de luta pela terra no Brasil e, particularmente, no MS

Vale lembrar que ao apontarmos para a questão da relação entre violência e resistência e, ao indicarmos para o papel desta última em relação aos acampados, não podemos esquecer dos limites dessa resistência diante da disparidade de forças entre as classes dominantes e os sem-terra.

As ações de brutalidade perpetradas pelos agentes privados e estatais contra os acampados do ARS na disputa pelo território naquele período encontram na resistência dos acampados uma barreira, mas justamente em decorrência de sua posição de poder, as classes dominantes estão em vantagem, o que não significa que as formas de resistência sejam desimportantes. Desafiar o poder destas classes, fazendo com que estas mostrem sua verdadeira face é algo que, junto com a própria recriação dos camponeses, têm um significado social e político ao desnudar as contradições do capitalismo. A disparidade de forças não permite romantizar o aspecto da resistência, porém isso não significa tratá-la como algo que ficou no passado sem reverberar no presente e no futuro.

Cabe também alertar que, ao colocarmos no centro desse debate a violência e a resistência dos sem-terra, não entendemos esse processo por meio de uma lupa moralista. Isto significa que a violência, em suas múltiplas formas, e, por conseguinte, as formas de resistência – também elas diversas –, são aspectos inerentes à dinâmica de reprodução do latifúndio e do capitalismo. Como Marx (2013) demonstrou em sua obra “O Capital” o capitalismo surge violentamente “vertendo sangue por todos os poros” (2013, p.786). No Brasil essa característica é bastante presente na história do capitalismo, assumindo contornos ainda mais graves, tendo em vista justamente a centralidade da (renda da) terra e da aliança histórica entre latifundiários e capitalistas.

Deixando claro, os problemas envolvendo a violência e a resistência no campo não são meramente episódicos ou resultantes da ação de sujeitos isolados, pois, muito embora essa dimensão individual também se manifeste –, esses são aspectos estruturais do sistema capitalista e, em particular, da formação e do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que tem no Estado não apenas um “aliado”, mas um de seus principais pilares.



Não por acaso, a violência contra os sem-terra do ARS foi praticada tanto por agentes da esfera privada quanto por agentes da esfera estatal, o que exemplifica como um acontecimento dessa natureza, ainda que numa escala territorial reduzida, se soma a outros tantos, demonstrando assim, um padrão que corresponde à própria dinâmica da luta de classes no campo brasileiro, marcado por expropriações, opressões, conflitos e mortes, mas também pela resistência e luta.

Tais tendências se agravaram significativamente durante o regime militar, quando a aliança entre grandes proprietários de terra e capitalistas encontrou amplo respaldo no aparato estatal controlado pelos militares. Naquela conjuntura do recém-iniciado processo de democratização que tornou possível a ampliação das lutas dos movimentos sociais à época, as marcas do período autoritário eram recentes, e a forma violenta com que os sem-terra continuaram sendo tratados demonstra que o autoritarismo representado pelo poder de latifundiários, capitalistas e do Estado, seguiam bastante presentes e operantes.

A abertura democrática – que cabe destacar, teve um caráter burguês – não resultou em um ambiente livre de repressão e violência no campo, ao passo que a resposta a esse processo se materializou nas formas de organizações e luta pela/na terra que ganharam força no cenário político nacional. Ao assumir novas roupagens e modalidades, o autoritarismo violento adaptou-se às formalidades do Estado de Direito, já que a essência da concentração de terra por parte de capitalistas e latifundiários continuou intacta, assim como as alianças e a dominação das classes, permitindo assim, a manutenção da reprodução do capitalismo no campo brasileiro.

A luta dos sem-terra do acampamento ARS, em Três Lagoas, exemplifica de forma clara esse movimento: diante da violência desencadeada pela expansão do latifúndio e pelas empresas que operam a lógica do pacto terra-capital, as famílias sem-terra sofreram despejos, intimidações e repressão da polícia, mas também atuaram estrategicamente se organizando no território, tensionando o domínio territorial capitalista no MS.

Ali, a expulsão mediante violência esteve, simultaneamente, atrelada às condições possíveis de resistência. Ao serem atacados, os sem-terra procuraram se organizar coletivamente, colocando em primeiro plano suas reivindicações, seu direito à terra e à reprodução familiar. Assim, a violência e a resistência, embora, marcada pela disparidade de forças, são fenômenos que não ocorreram de forma separada, mas como momentos de um mesmo processo dialético - um processo que revela, com nitidez, como a recriação camponesa traz consigo a possibilidade de ruptura, reinstaurando a centralidade política da luta pela/na terra contra o avanço do capital.



A luta dos sem-terra no acampamento ARS constituiu-se, assim, como síntese viva das contradições estruturais do campo brasileiro. Tal processo expressa a realidade material do capitalismo no campo. De um lado, a expansão agressiva da propriedade privada rural, respaldada pelo aparato político-jurídico e pela violência armada; de outro, a ação organizada e persistente dos trabalhadores que, ao ocuparem a terra, desestabilizam a forma histórica da acumulação capitalista.

A resistência, entretanto, não emergiu como resposta ocasional, mas como força histórica, estruturada e consciente a partir de outras experiências de luta e resistência acumuladas por outros sujeitos históricos. As famílias acampadas produziram um território insurgente, espaço onde novas relações sociais foram experimentadas.

Assim, o acampamento tornou-se um espaço de enfrentamento, mas também de formação política e identidade coletiva. A dialética entre violência e resistência assumiu, aqui, seu sentido mais concreto: a violência buscava destruir o acampamento; a resistência transformava a violência em instrumento de coesão e luta. Essa resistência é ativa, consciente e criadora; organiza novos territórios, fomenta identidades coletivas e propõe modelos alternativos de produção e sociabilidade.

O acampamento ARS representa, portanto, um marco na história da luta pela terra em MS. Nele se condensam a resposta organizada dos trabalhadores e a disputa política pelo sentido social da terra.

Assim, mesmo diante da aliança terra-capital e de avanço do agronegócio, as ocupações realizadas pelos sem-terra do ARS revelam que a permanência e a recriação do campesinato não constituem meros resquícios históricos, mas expressam a atuação de um sujeito coletivo dotado de capacidade política para reconfigurar o espaço e tensionar a ordem fundiária hegemônica. Em outras palavras, a ação desses trabalhadores demonstra que, apesar da força estrutural do capital no campo - que avança por meio da concentração fundiária, da subordinação territorial às cadeias globais e da imposição sistemática de mecanismos de violência -, o campesinato continua a produzir sua territorialidade, capaz de questionar e disputar o território que também lhe é de direito.

Além disso, ao ocupar determinados espaços, organizar o acampamento e formular estratégias de resistência, os sem-terra do ARS não apenas respondem aos processos de expropriação, mas colocam em perspectiva outro modo de viver e produzir, que desafia diretamente a lógica da mercantilização da terra. Trata-se, portanto, de uma prática que evidencia a centralidade histórica do campesinato como sujeito político no Brasil. Desse modo, a experiência do ARS demonstra que, no interior das contradições do capitalismo no campo no MS, surgem espaços de contestação capazes de recolocar em debate o sentido social da terra e abrir fissuras na ordem fundiária vigente no estado.



Cabe destacar que a utopia que move essas lutas - a terra como direito, a produção para a vida, a existência digna - não é horizonte abstrato, mas a prática cotidiana que se materializa na tentativa de fincar raízes no território. Como assinalam Paulino e Almeida (2010) ao citarem Galeano, essa utopia não é simplesmente algo para ser alcançado imediatamente, mas serve sobretudo para orientar o caminho e dar sentido à ação coletiva. Eis, portanto, o significado utópico que sintetiza o que foi a luta dos sem-terra do ARS.

Mesmo de forma preliminar, a investigação feita neste texto aponta para um importante significado desse acampamento, sobretudo por lançar luz sobre aspectos ainda pouco explorados, como as formas de resistência identificadas, por exemplo, a partir da organização interna dos acampados, suas ações e estratégias no sentido de ocupar os espaços visando chamar a atenção da população e da opinião pública, além das tentativas de aproximação aos agentes da Igreja católica. Tais formas, mais visíveis de resistência, porém, não excluem outras, como o senso de comunidade, de justiça e reciprocidade, de modo que a resistência dos acampados operou sob diferentes sentidos e não simplesmente como algo reativo, mas constituído a partir de experiências e valores da classe da e história vista de baixo (Thompson, 1987).

Além disso, a experiência do ARS confirma que a violência fundiária e estatal permanecem como componentes constitutivos do desenvolvimento capitalista no MS, reproduzindo desterritorializações sucessivas que atingem de modo particular mulheres, trabalhadores rurais e populações subalternizadas (Falchi, 2005). Nesse sentido, a resistência dos acampados não pode ser compreendida apenas como resposta à expropriação, mas como afirmação de uma territorialidade insurgente que se projeta contra o agronegócio, o latifúndio e o Estado, apontando outras formas possíveis de produzir e habitar o território.

Diante dessas constatações preliminares e, partindo das ações e práticas, reproduzidas em documentos e, sobretudo nos relatos dos acampados, acreditamos que é possível avançar para uma análise histórica e geográfica que articule os processos históricos de violência de longa duração e as formas persistentes de resistência dos sem-terra, tomando o acampamento em questão como expressão concreta dessa relação dialética.

Ao enfatizar essa dialética entre violência e resistência ao longo do tempo (e do espaço geográfico), a intenção é evidenciar ainda mais como os sem-terra não apenas reagem aos métodos de opressão, repressão e violência, mas produzem ativamente, por meio de suas experiências, novos sentidos de pertencimento, justiça e uso da terra, constituindo assim, novas territorialidades.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOMMER

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Referências

FARIAS, M. F. L. **Acampamento América Rodrigues da Silva**: esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra. Dourados/MS: Fundo Investimentos Culturais/MS: Dinâmica, 2006.

FALCHI, Edna. **Na Luta por um Pedaco de Chão**: experiência e Cotidiano nos acampamentos de sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em História) Dourados: UFGD, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da Noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, Karl. **O Capital**, Livro I. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território**: a questão agrária no capitalismo. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2010.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo**. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.